

Na atualidade, a água é um recurso mineral ameaçado, colocando em risco a sobrevivência da espécie humana (Tundisi, 1999). Além disso, o desenvolvimento econômico e social de qualquer país está fundamentado na disponibilidade de água de boa qualidade e na capacidade de conservação e proteção dos recursos hídricos. No entanto, para garantir conservação e proteção aos mananciais é necessário estender ações de monitoramento e manejo para toda bacia hidrográfica, em função dos seus usos e ocupações, que em primeira instância define a quantidade e qualidade da água (Tundisi & Matsumura-Tundisi, 2008).

No presente momento, o principal enfoque adotado na ação do homem sobre o meio ambiente é o conceito de desenvolvimento sustentado, implicando na exploração dos recursos naturais sob condições tais que as futuras gerações possam utilizá-los e beneficiar-se de um processo contínuo e equilibrado, no qual a redução das desigualdades econômicas e sociais e a diminuição da pobreza sejam metas fundamentais (Tundisi, 2000). O desenvolvimento sustentado (sustentabilidade - manutenção de um ecossistema saudável, produtivo, com sua biodiversidade e processos ecológicos intactos, que gere emprego e renda compatíveis ao ecossistema explorado, garantindo a vida com qualidade para as gerações presentes e futuras, Pompêo, 2007), envolve estratégias de longo prazo; a implementação de programas e projetos em bases científicas sólidas, promovendo novas conceituações e interação entre a comunidade científica, o setor público, a iniciativa privada e a comunidade em geral.

[watch movies](#)

Independente do conjunto de aspectos técnicos e científicos sugeridos por especialistas também é extremamente salutar e necessário a participação da sociedade com propostas que contribuam na resolução dos problemas ambientais. O público é uma força lobista efetiva para assegurar o desenvolvimento e implantação de programas de proteção e saneamento (Jackson & Eder, 1995). A participação popular pode ser utilizada principalmente no monitoramento e fiscalização, mais do que nos aspectos conceituais da proposta (Nagakami, 1995), assegurando a sustentabilidade em longo prazo da riqueza biótica da Terra (Estratégia Global para la Biodiversidad, 1992).

Com essas questões em mente, visando contribuir para minimizar os impactos ambientais causados pelo Homem, é fundamental conscientizar os usuários do meio, através da educação sobre a importância dos recursos naturais, em particular o aquático. Nesse sentido, neste site propomos “traduzir” os conhecimentos científicos e repassá-los à população em geral, visando contribuir para elevar seu nível de conscientização e minimizar os efeitos negativos da pressão

humana por mais recursos. A divulgação científica e conseqüentemente a disseminação da informação de qualidade, particularmente pela internet, contribui com a formação e informação do indivíduo (Voinov & Costanza, 1999; Canhos & Canhos, 2001). Acreditando que o maior domínio da informação permite melhor inclusão social, o grupo de pesquisa do Laboratório de Limnologia (USP, IB, Depto de Ecologia), inicialmente disponibiliza diversos conteúdos relacionados à ecologia aquática. No entanto, todos estão convidados a colaborar. Participem.

Citações bibliográficas

Canhos, D.A.L.; Canhos, V.P. Disseminação de informação: o uso da internet. p. 76-87. In: Garay, I.; Dias, B. (eds.) Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: Avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 430 p.

Estratégia global para la biodiversidad: Guia para quines toman decisiones. Instituto de Recursos Mundiales (WRI), Union Mundial para la Naturaleza (UICN), Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), 1992, 40 p.

Jackson, J.; Eder, T. O papel do público no gerenciamento de lagos: a experiência dos grandes lagos. In: Hashimoto, M. (ed.) Diretrizes para o gerenciamento de lagos, Otsu: ILEC, 1995.

Nagakami, K-I. Grupos de interesse envolvidos com o uso de recursos / meio ambiente hídrico In: Hashimoto, M. (ed.) Diretrizes para o gerenciamento de lagos, Otsu: ILEC, 1995, p. 26-34.

Pompêo, M.L.M. A não declarada Política Nacional de Meio Ambiente. Correio da Cidadania - <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/583/111/>, 2007.

Tundisi, J.G. Bases ecológicas para o desenvolvimento sustentado. p. 3-6. In: Castellano, E.C.; Chaudhry, F.H. (eds.) Desenvolvimento sustentado: problemas e estratégias. São Carlos: EESC-USP, 2000.

Tundisi, J.G. Limnologia no século XXI: perspectivas e desafios. Instituto Internacional de Limnologia, São Carlos, SP, 24 p., 1999.

Tundisi, J.G.; Matsumura-Tundisi, T. Limnologia, São Paulo: Oficina de Textos, 2008, 632 p.

Voinov, A.; Costanza, R. Watershed management and the Web. J. Environ. Manag., 56: 231-245, 1999.

Por Marcelo Pompêo - USP, IB, Depto. de Ecologia, São Paulo, SP, Brasil.